

JUSTINO MAGNO ARAÚJO

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Mestre em Direito pela UNESP. Professor de Direito Processual Civil na
Faculdade de Direito de Osasco (UNIFIEO)

**INEXECUÇÃO DO CONTRATO DE *LEASING*
EM RAZÃO DE CLÁUSULAS ABUSIVAS**

Editora Juarez de Oliveira
2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 347.453

A663i

Código de barras: STJ00062140

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

A689i

Araújo, Justino Magno

Inexecução do contrato de leasing em razão de cláusulas abusivas /
Justino Magno Araújo. - São Paulo : Editora Juarez de Oliveira, 2006.
192 p.; 14x21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 85-7453-585-0

1. Arrendamento mercantil. 2. Contratos. 3. Cláusulas (Direito). 4.
Abuso de direito. I. Título.

05-3846

CDU 347.441.134.347.453



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
PREFÁCIO	IX
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1. O <i>LEASING</i> E SUAS ORIGENS. O CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL NO DIREITO COMPARADO E NO DIREITO BRASILEIRO	5
1.1 O <i>Leasing</i> . Origem do Vocábulo	5
1.2 Noção Histórica	6
1.3 O Contrato de Arrendamento Mercantil no Direito Comparado e no Direito Brasileiro	8
1.3.1 O <i>Leasing</i> na Europa	8
1.3.2 O <i>Leasing</i> na América Latina	10
1.3.3 O <i>Leasing</i> no Brasil	11
1.4 Conceito e Natureza Jurídica do <i>Leasing</i> . Modalidades do Contrato de <i>Leasing</i>	12
1.4.1 Conceito de Leasing	12
1.4.2 Natureza Jurídica. Negócio Jurídico Indireto	16
1.4.3 Das Várias Modalidades de <i>Leasing</i>	20
1.5 Relações Obrigacionais Decorrentes do Leasing. Bens Objeto do Contrato. Vantagens e Desvantagens do <i>Leasing</i>	23
1.5.1 Relações Obrigacionais Decorrentes do Arrendamento Mercantil	23
1.5.2 Bens que podem ser Objeto do Contrato	24
1.5.3 Vantagens e Desvantagens do <i>Leasing</i>	25
1.6 Os Participantes do Contrato de Arrendamento Mercantil	27
1.6.1 Os Participantes do Contrato de <i>Leasing</i> . Sujeitos Intervenientes	27
1.6.2 Arrendador	28
1.6.3 Arrendatário	28
1.6.4 Fornecedor	29
Capítulo 2. CARACTERÍSTICAS DO ARRENDAMENTO MERCANTIL, CONTRATOS AFINS E PRINCÍPIOS REGULADORES DA ESPÉCIE. CONTRATOS DE MASSA E DE ADESÃO	31
2.1 Características do Arrendamento Mercantil	31
2.2 Leasing: Modalidade de Obrigação <i>Propter Rem</i>	32
2.3 Contratos Afins	35



2.4 Princípio da Boa-Fé. Distinção entre Boa-Fé Subjetiva e Boa-Fé Objetiva. Inserção da Boa-Fé Objetiva em Cláusulas Gerais	37
2.5 Princípio da Autonomia da Vontade e Cláusula <i>Rebus Sic Stantibus</i>	44
2.6 Contratos de Massa. Contratos de Adesão	47
Capítulo 3. CONTEÚDO DO CONTRATO DE <i>LEASING</i> . CLAUSULAS, PRAZO E VALOR DAS CONTRAPRESTAÇÕES. O VALOR RESIDUAL GARANTIDO E O EQUILÍBRIO ENTRE OS CONTRATANTES	53
3.1 Conteúdo do Contrato de Arrendamento Mercantil. Cláusulas Essenciais. Cláusulas Adicionais	53
3.2 Prazo de Duração. Valor e Cálculo das Contraprestações	54
3.3 O Valor Residual Garantido	56
3.4 Equilíbrio das Partes Contratantes	57
Capítulo 4. INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E CLÁUSULAS ABUSIVAS	59
4.1 Inexecução das Obrigações. Inexecução Absoluta e Inexecução Parcial	59
4.2 Nulidade de Pleno Direito e Nulidade Dependente de Rescisão	62
4.2.1 Cláusulas Abusivas. Significado e Alcance	63
4.2.2 Cláusula Geral de Lesão Enorme. Onerosidade Excessiva	68
4.2.3 O pioneirismo do Código de Defesa do Consumidor no Tratamento das Cláusulas Abusivas	74
4.3 Cobrança Antecipada do Valor Residual Garantido. Pretendida Descaracterização do Arrendamento Mercantil. A Súmula n. 263 do STJ	76
4.4 A Correção de Rumo da Súmula n. 263 pelo STJ com o Conseqüente Cancelamento da mesma	79
4.5 Contrato Celebrado em Moeda Estrangeira. A Teoria do Risco do Negócio ou Teoria do Risco da Atividade	85
4.6 Cláusulas Abusivas e Abuso de Direito	89
Capítulo 5. OPERAÇÕES DE LEASING E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. A REVISÃO JUDICIAL, A RESCISÃO DO CONTRATO E AS AÇÕES JUDICIAIS	93
5.1 As Operações de Leasing e o Código de Defesa do Consumidor	93



5.2 As Ações Judiciais por Inadimplemento e a Revisão Judicial do Contrato por Abusividade de Cláusulas	100
5.2.1 A Ação de Reintegração de Posse. Possibilidade de Emenda da Mora	100
5.2.2 A Ação Ordinária de Rescisão de Contrato, Cumulada com Tutela Antecipada de Restituição do bem	100
5.2.3 A Ação de Revisão Judicial	101
5.2.4 A Repressão às Cláusulas Abusivas fora do Código de Defesa do Consumidor	104
5.2.5 A Ação de Perdas e Danos	106
5.2.6 A Ação de Inconstitucionalidade de Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos Contratos Bancários	109
5.3 Poder Interventivo do Juiz nos Contratos de Consumo	111
CONCLUSÃO	117
ANEXOS	127
ANEXO A - LEGISLAÇÃO BÁSICA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEI N. 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974	127
ANEXO B – LEI N.7.132, DE 26 DE OUTUBRO DE 1983	132
ANEXO C - RESOLUÇÃO N.980, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	135
ANEXO D - REGULAMENTO ANEXO A RESOLUÇÃO N. 980, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1984	135
ANEXO E - LEI N. 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	144
ANEXO F - RESOLUÇÃO N. 2.309/1996 (BACEN)	156
ANEXO G - RESOLUÇÃO N. 2.465/1998 (BACEN)	164
BIBLIOGRAFIA	167

